



Sindjus

Filiado à CUT/FENAJUF

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário
e do Ministério Público da União no DF

Ano XIV • Nº 23
Abril de 2005

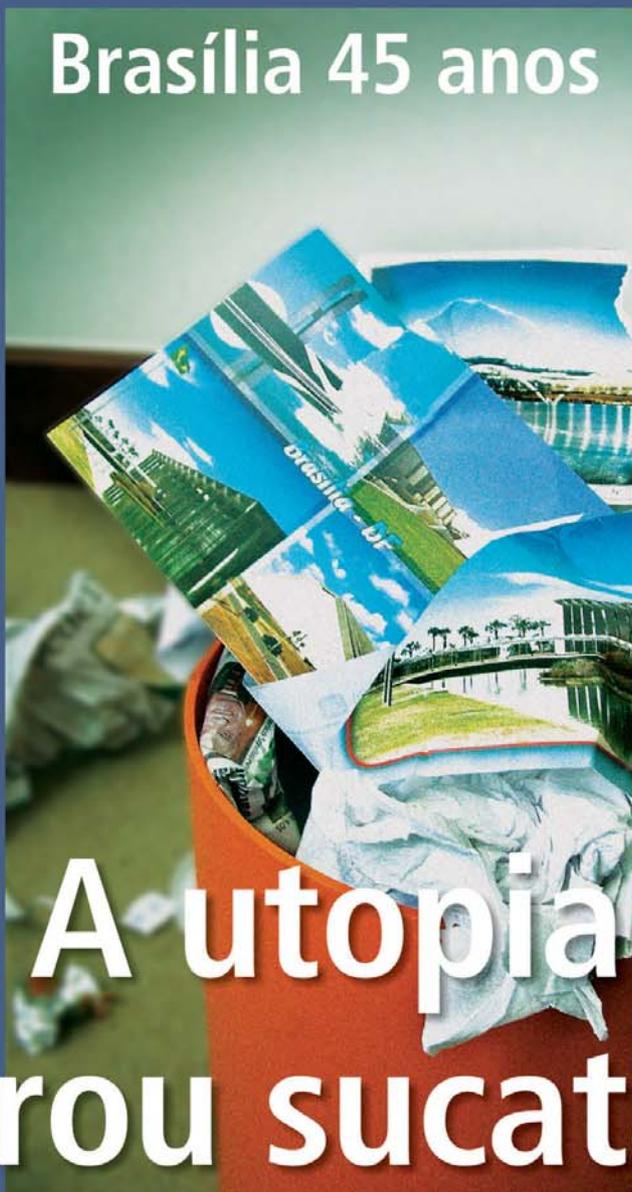
Impresso
Especial

665/2001-DR/BSB
Sindjus-DF

/// CORREIOS ///



Brasília 45 anos



A utopia virou sucata?

Páginas 5, 6 e 7

Os 25 anos de
foto jornalismo
de Ivaldo Cavalcante
Págs. 12 e 13

A terceirização
e o desmonte
do Estado
Págs. 14, 15 e 16

Lançamento do
prêmio Novas Idéias
para a Justiça
Págs. 17

***“Devemos ver a
pobreza do outro
como nossa, e
convencer-nos de
que os pobres
não podem mais
esperar”***

João Paulo II



Um cortejo de mártires saiu da Baixada Fluminense ainda sob o impacto da morte e do funeral do papa João Paulo II. O mundo não recitou os nomes dos 30 brasileiros fuzilados pela insanidade de assassinos onde pesa maior gravidade, a suspeita de serem policiais civis e militares ou bandidos ligados a uma quadrilha dentro do próprio aparato de segurança do Estado. Quando João Paulo II desejava que a nossa solidariedade fosse muito mais ***próxima do próximo***, em compaixão e identidade, (***“a pobreza do outro como nossa”***), ele reforçava a base principal de toda e qualquer política fundamentada nos Direitos Humanos: responder com atos ao estado de emergência dos ***“pobres que não podem mais esperar”*** pela nossa atitude comprometida. Cada um fazer com que as condições e omissões que permitem as chacinas não mais continuem acontecendo nas periferias do Brasil. O desejo e a prática da justiça não tem credo, cor, raça, etnia, gênero, grau de escolaridade, situação econômica, filiação partidária, vínculo institucional, disciplina profissional, representação empresarial e, principalmente, pertencem a religiões ou seitas. Se o cortejo de mártires da Baixada Fluminense – entre as exéquias do papa – acentuou a nossa sensação de perda e luto, mais deveria reforçar nossa atitude para que tal vergonha jamais se repita. Para a glória de um reino de fraternidade e paz entre todos os brasileiros.

SDS Ed. Venâncio V Bl. R
Salas 108 a 114
CEP 70393-900 – Brasília – DF
PABX (61) 224 - 9392
www.sindjusdf.org.br

Coordenadores gerais

Ana Paula Barbosa Cusinato (MPDFT)
Roberto Policarpo Fagundes (TRT)
Wilson Batista de Araújo (TRE)

Coordenadores de Administração e Finanças

Berilo José Leão Neto (STJ)
Clodo de Oliveira Vieira (TRT)
Edilson Franklin Medeiros (TST)

Coordenadores de Assuntos Jurídicos e Trabalhistas

Antônio Francisco Machado Costa (MPM)
Jailton Mangueira Assis (TJDFT)
Sheila Tinoco Oliveira Fonseca (TJDFT)

Coordenadores de Formação e Relações Sindicais

Ademário Oliveira Nogueira Filho (TJDFT)
Nilton José Cordeiro Monteiro (TJDFT)
Thayanne Fonseca Pirangi Soares (TSE)

Coordenadores de Comunicação, Cultura e Lazer

Eliane do Socorro Alves da Silva (TRF)
Valdir Nunes Ferreira (MPF)
Welton Ferreira Damasceno (TJDFT)

Redator e editor responsável

Netto Costa
Reg. Prof. 2534-DF

Colaboradora

Cynthia de Lacerda Borges

Projeto Gráfico

Extrema Comunicação - 3033-5255

Impressão

ArtGraf

Tiragem

10.000 exemplares

Agressão à cultura democrática

Raimundo Faoro, em sua obra *Os Donos do Poder* (1976), analisou com muita pertinência a formação da sociedade brasileira, demonstrando que em nossa realidade histórica persistiu a estrutura patrimonial, cuja característica era o predomínio de uma minoria governante e a incapacidade de o povo governar.

A cidadania passiva, que cresceu a partir do desenvolvimento de formas paternalistas/patrimonialistas de relação, justificou a intervenção das elites na organização da sociedade. Este costume levou o povo a uma conduta política de esperar tudo vindo de "cima", do poder público. Isso resultou numa "alienação política", que ao invés da participação, incentivou a descrença na política e nas instituições do regime democrático.

A reforma do Judiciário, parcialmente concluída no final do ano passado, trouxe como avanço ao processo de democratização da Justiça brasileira, extremamente conservadora e ainda muito afastada dos reais interesses da população, a criação do Conselho Nacional de Justiça. Destaque-se que, em sua composição, o Conselho incluiria a participação de dois cidadãos representando a sociedade civil.

Essa representação social sofreu duas ameaças: a Ação Direta de Inconstitucionalidade, impetrada pela Associação dos Magistrados Brasileiros, e a intenção declarada pelo ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, ao jornal Valor Econômico, de indicar um de seus secretários para compor o Conselho.

Essas manobras mantêm o modelo de democracia em que, como diria Raimundo Faoro, "O poder - a soberania nominalmente popular - tem donos que não emanam da nação, da sociedade, plebe ignara e pobre".

Historicamente, o Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário e do Ministério Público da União (Sindjus-DF) sempre lutou pelo controle social do Judiciário e do Ministério Público, sem que isso significasse a substituição dos magistrados no exercício de suas funções específicas. Essa defesa se baseia na necessidade de uma cultura democrática para a estabilização do regime, no qual valores como a igualdade perante a lei, o direito de discordar e a necessidade de controlar publicamente a ação dos governantes, entre outros, sejam realmente fundamentais. A democracia só se consolidará quando a cultura democrática fizer parte da vida dos cidadãos.

Por todos esses motivos defenderemos a manutenção da representação da sociedade civil e sugerimos que o Congresso Nacional discuta critérios transparentes e participativos de indicação dos nomes dos cidadãos que irão compor o Conselho Nacional de Justiça. ■



José Geraldo de Souza Junior

Professor e ex-diretor da Faculdade de Direito da UnB, coordena o Projeto "O Direito Achado na Rua"

Controle democrático do Judiciário e do Ministério Público

Em sua última edição o *Jornal do Sindjus-DF* (ano XIV, nº 22, março de 2005), publicou em reportagem especial sob o título "A urgência do controle democrático", uma esclarecedora análise sobre os Conselhos Nacionais de Justiça e Ministério Público. Os dois institutos, criados com a Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004, introduzem o conceito de controle da administração da Justiça e representam a mais nítida iniciativa de abrir o Poder Judiciário

ao controle democrático próprio da cidadania participativa consagrado pela Constituição de 1988.

Com efeito, se no âmbito dos demais poderes (Legislativo e Executivo) a participação popular que distingue a Constituição vigente, já é experiência efetiva sob diferentes modalidades, o Judiciário vem se mantendo refratário ao princípio, não obstante constituir a soberania popular o fundamento sobre o qual assenta a estrutura de poderes.

Assim, o sufrágio como instrumento de afirmação do processo de representação e o exercício direto são as formas de afirmação da soberania popular e tanto o Legislativo, como o Executivo, passando pelo Judiciário, não podem se organizar desconstituindo as expectativas da cidadania participativa.

Tenho, por isso, sustentado neste espaço (*Jornal do Sindjus-DF* nº 8/2001 - "Que Judiciário na Democracia?"; nº 17/2002 - "Novo Governo, Qual Judiciário"; nº 1/2003 - "Controle Social e Responsabilidade do Juiz"), a necessidade de situar a questão da reforma do Judiciário no trânsito para uma reinstitucionalização democrática, aberta à participação organizada do povo.

Entretanto, para meu espanto, embora saudados como um passo importante na direção de uma democratização do Ju-

dicário e do Ministério Público, pelo menos na opinião pública, a criação dos dois Conselhos foi imediatamente confrontada, logo no dia seguinte à promulgação da Emenda 45, por meio de Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) ajuizada pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), por entender que a presença na composição do Conselho Nacional de Justiça, de membros do Ministério Público, advogados e cidadãos (dois) indicados, um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal, viola o princípio da separação e da independência dos poderes da República.

Ora, a institucionalização de órgão na estrutura de poderes, como realização dos princípios da soberania popular e da democracia participativa, não pode se confundir com salvaguarda corporativa que o enclausure funcionalmente aos interesses dos quadros que o compõem.

Se nem em Montesquieu, o princípio da separação de poderes tem a dimensão geométrica que vulgarmente lhe atribuem, conforme, aliás, já sustentei em outra ocasião ("Reflexões sobre o princípio da separação de poderes: o 'parti pris' de Montesquieu". *Revista de Informação Legislativa*, Brasília: Senado Federal, ano 17, nº 68, out/dez. 1980), já o velho Estado-Provi-

dência havia levado ao colapso a teoria em que ele se sustenta, afetando, principalmente, a sua aplicação na esfera do Judiciário.

Além disso, a participação popular já faz parte da tradição judicante, com relevo para a instituição do júri (CF art. 5º, XXXVIII), reconhecida constitucionalmente, a soberania dos seus veredictos e são inúmeros os procedimentos em que ela se materializa, considerando a experiência internacional. Referime também a este tema em artigo no *Jornal do Sindjus-DF* ("Justiça, um dever de todos", ano XIII, nº 20, dezembro/2004), trazendo à consideração o debate europeu (Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, "A Participação Popular na Administração da Justiça", Livros Horizonte, Lisboa, 1982).

No modelo proposto pela EC 45, o Conselho Nacional de Justiça é concebido como órgão do Poder Judiciário. As funções de controle por meio dele exercidas apenas alargam a administração do sistema com a participação qualificada de cidadãos e sequer alcançam a dimensão de exterioridade a que conduzia o debate político que lhe traçou contornos e que deve ser mais ainda aprofundado, como condição de concretização institucional democrática e republicana. ■

"Ora, a institucionalização de órgão na estrutura de poderes, como realização dos princípios da soberania popular e da democracia participativa, não pode se confundir com salvaguarda corporativa que o enclausure funcionalmente aos interesses dos quadros que o compõem"

A utopia virou sucata?

Como explicar ao mundo a condição de Patrimônio capaz de ilustrar a arquitetura contemporânea quando, tão cedo, as sombras da ruína se apresentam no cotidiano de Brasília? Como deter a verdadeira conspiração da mediocridade que trama na clandestinidade do lucro fácil e da ocupação desordenada de espaços públicos, as piores agressões ao ambiente natural e construído sem o menor pudor com a qualidade de vida do brasileiro? Nos 45 anos da cidade não só "o concreto já rachou" (trecho de música da banda Plebe Rude), mas já percebemos fissuras graves na alma da cidade que é o modo de viver e se relacionar dos brasilienses. Em tão pouco tempo a velocidade que ameaça a utopia impõe mais que um alerta. É um tempo de convocação. O Distrito Federal está sob o alarme de ver a degradação do meio ambiente, o escárnio perverso da miséria exposta e a crescente violência sob a impotência do Estado. Importa são as forças de resistência que teimam em manter acesa a chama da utopia. Ainda não está inteiramente perdida a retomada e a interrupção do processo iniciado de decadência. A população reage quando impõe dignidade e respeito aos seus parlamentares. A cobrança é profunda quando se denuncia a situação abusiva do uso da água com este paliteiro de poços artesianos que furam indiscriminadamente o território do DF para uso particular ou comercial de um bem comum. Revelam-se os 17 pontos de riscos de contaminação do ar, solo e água (lixo urbano, incineração de resíduos hospitalares, postos de combustíveis, fábricas de cimento, derivados de petróleo, pilhas, solventes tintas etc.), em relatório do Ministério da Saúde enviado à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal. Fiscaliza-se quando se enquadraram quiosques, puxadinhos e retiram-se painéis de propaganda. Impõe-se extremo rigor na avaliação de novos bairros como o Noroeste e seu impacto ambiental (descoberta até uma população de várias etnias indígenas, como Kariri-Xocó, Tuxá, Pankararu, Guajajara e Fulni-ô, e sem-tetos, que vivem há 30 anos em pleno coração de Brasília). Clama-se por uma política efetiva de segurança e melhor preparo humano das forças policiais para que o repressivo posterior dê lugar ao preventivo, civilizado, anterior. Espera-se a queda de cifras como a que indica ser de mais da metade (54,3%) das crianças e jovens de até 17 anos mortos em acidentes de trânsito no DF em 2004 foram vítimas de atropelamento (19 casos). Escândalo ainda morrer nas filas hospitalares e cair pela ação da hantavirose e dengue que revela além da incompetência governamental sério descuido ambiental e de educação cidadã.

Mesmo sob graves riscos de chegar a um ponto onde não haja mais volta, é possível reiniciar o sonho da Capital que representaria um projeto de nação soberana, justa e fraterna. Se não começarmos, já, a cidade prometida restará apenas na memória de antigos candangos construtores físicos e do imaginário daquela Brasília que nasceu para realizar um tempo novo. (TT Catalão)



A defesa do patrimônio

Madeleyne Machado

Embora Brasília seja uma cidade considerada ainda muito jovem foi em Paris, uma segunda-feira, a 7 de dezembro de 1987, que os técnicos do Comitê do Patrimônio

da é subdividida em quatro no Relatório do Plano Piloto: a Escala Monumental (basicamente o Eixo Monumental); a Escala Residencial (Superquadras, Entrequadras, Comércio Locais); a Escala Gregária (Rodoviária e Centro Urbano) e a Escala Bucólica (áreas de ocupação rarefeita - Clubes, UnB, Embaixadas).

Se Juscelino Kubitschek pudesse dar um passeio na Brasília de 2005, ficaria surpreso com a proporção que seu desejo de construir a nova capital federal tomou. Criada para modificar

o eixo do desenvolvimento nacional, povoar o Centro-Oeste, cuidar da segurança nacional, além de cumprir a Constituição, Brasília tomou outros rumos além destes. O projeto de JK e do urbanista Lúcio Costa de deixar grandes espaços abertos para a circulação das pessoas foi por água abaixo. Afinal, a cidade

projetada para abrigar entre 500 e 700 mil habitantes, apenas 44 anos depois de inaugurada, tem 2,1 milhões. A maioria, na periferia. Algo que não estava nos planos dos criadores da cidade. Pelo menos, não no início. A periferia deveria ser habitada somente quando o espaço do Plano Piloto ficasse saturado.

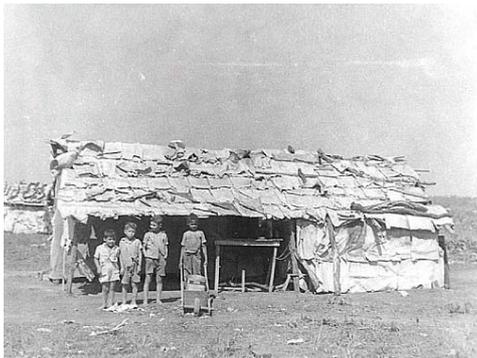
Segundo a arquiteta e urbanista Tânia Batella, a cada ano Brasília perde suas características iniciais que deveriam ser preservadas. "A área tombada de Brasília não pode mudar as suas proporções. Brasília é muito mais do que um desenho urbano, é um modo de vida diferente", explica a urbanista.

O titular da 1ª Promotoria de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do Ministério Público do Distrito Federal - MPDF, Roberto Carlos Batista, afirma ao analisar o "sonho" de JK que, "a ideia original nunca chegará à concepção inaugural. O traçado original não pode ser mais retomado", lamenta. Ainda para Roberto Carlos, com o aumento da população veio junto ao passar dos

anos o esquecimento das tradições da capital federal. "O número de pessoas que vieram para Brasília de forma desordenada, foi acabando com a tradição", afirma Roberto.

Atualmente o Ministério Público já conta com ações de inconstitucionalidade - Adin, contra leis que regularizam situações que ferem o tombamento da cidade. Uma delas é a lei nº 3.562/05 que prevê a aplicação da medida provisória que autoriza a concessão de terra pública a proprietários de quiosques. Alguns órgãos como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan apóiam as medidas tomadas pelo MPDFT.

Outras ações, como a destinação do terreno construído ao lado da Concha Acústica do Condomínio Ilhas do Lago; as construções ilegais de stands de vendas e centrais de gás em áreas públicas; a construção de um shopping com a maioria da área destinada ao comércio e não a lazer, todas ferindo principalmente os brasilienses.



O precário em 1959 era usar sacos de cimento como teto. E agora?

Mundial da Unesco, por 20 votos a um, concederam, em discussão de meia hora, o título de patrimônio cultural da humanidade para Brasília. A área tombada compreende o espaço entre a Estrada Parque Indústria e Abastecimento -EPIA e a margem oeste do Lago Paranoá. A Escala Urbana, da área tomba-

"DESTE PLANALTO CENTRAL, DESTA SOLIDÃO QUE EM BREVE SE TRANSFORMARÁ EM CÉREBRO DAS ALTAS DECISÕES NACIONAIS, LANÇO OS OLHOS MAIS UMA VEZ SOBRE O AMANHÃ DO MEU PAÍS E ANTEVEJO ESTA ALVORADA COM FÉ INQUEBRANTÁVEL E UMA CONFIANÇA SEM LIMITES NO SEU GRANDE DESTINO"

Juscelino Kubitschek

Duas visões da cidade que resiste

"O traçado original não pode ser mais retomado"

Roberto Carlos Batista - Titular da 1ª Promotoria de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do Ministério Público do Distrito Federal - MPDFT.

Sindjus- Podemos afirmar que a cidade mantém suas tradições?

Roberto Carlos- Brasília possui certas tradições que nunca deixaram de existir, como a Festa dos Estados, embora tenha adquirido um caráter comercial, não deixou de ser uma tradição na cidade. O Festival de Cinema que vem agregando a cada ano. O que existe é a falta de políticas públicas para preservar os valores da capital. A venda de flores secas na Catedral de Brasília está acabando de forma desordenada, devido à escassez de matéria prima.

Sindjus - O número crescente de pessoas que chega é prejudicial para o desenvolvimento da capital?

Roberto Carlos - O número de pessoas que vieram para Brasília de forma desordenada foi acabando com a tradição.

Sindjus - E as opções culturais da cidade?

Roberto Carlos - As atividades culturais foram sendo incrementadas ao longo do tempo. Necessita haver uma política pública bem planejada. Em outras épocas nos pudemos assistir a movimentos desencadeados pelo poder público no sentido de garantir o acesso das pessoas que não poderiam arcar com as atividades culturais.

Isso aos poucos foi deixando de existir e hoje as atividades culturais são quase que exclusivamente, com algumas exceções para pessoas com poder aquisitivo alto. Temos algumas manifestações culturais que se mantêm gratuitas até os dias de hoje, como a encenação da Paixão de Cristo no Morro da Capelinha em Planaltina, o bumba-meu-boi em Sobradinho e outros que conseguem se manter. São manifestações culturais preservadas com um grande esforço dos participantes. A grande maioria das categorias, não têm como arcar com o alto custo dos espetáculos, desde transporte de equipamentos a espaços para apresentação. Falta opção de oferta e facilitação de acesso.

Sindjus - Como analisar, hoje, o "sonho" de JK?

Roberto Carlos - O sonho de JK não chegará à concepção inaugural. O traçado original não pode ser mais retomado. A explosão demográfica demandando recursos naturais, faz com que a qualidade de vida vá piorando a cada dia.

Sindjus - Quais as maiores agressões que Brasília enfrenta? E o que pode ser feito para evitá-las?

Roberto Carlos - A invasão de áreas públicas, a instalação de equipamentos em áreas tombadas, as construções que aumentam as dimensões das entrequadradas, a destinação da área para determinados fins. Tudo isso faz com que Brasília seja incompatível com seu plano diretor. As soluções dependem muito de políticas bem elaboradas e compromisso por parte do poder público.

"O que está acontecendo na verdade é o sucateamento do Distrito Federal"

Tânia Batella, arquiteta e urbanista

Sindjus - O que mais afronta o tombamento de Brasília?

Tânia Batella - A descaracterização dos espaços vazios, tão importantes quanto as áreas construídas fazem com que Brasília perca sua característica de cidade jardim. A construção de stands de vendas em áreas públicas com o único objetivo de atender a interesses econômicos particulares. A construção de centrais de gás em espaço verde, interrompendo a passagem dos pedestres. Os já famosos "puxadinhos" das áreas comerciais que prosperam em áreas públicas. As varandas que infringem o espaço livre e o sétimo pavimento que os novos condomínios insistem em apresentar. Tudo isso atrapalha e destrói o projeto inicial, fazendo com que Brasília perca, em parte pela omissão do estado e pela permissividade das leis.

Sindjus - Quais as características iniciais que Brasília deveria preservar e está perdendo a cada dia?

Tânia Batella - Lúcio Costa dizia em sua proposta original que o Plano Piloto iria provocar o desenvolvimento da área do seu entorno, trazendo o desenvolvimento para o centro do país. Para JK o sentido de Brasília era trazer e internalizar o desenvolvimento do Brasil, transformado a capital em um grande espaço de disseminação de informações. A área tombada de Brasília não pode mudar as suas proporções. Brasília é muito mais do que um desenho urbano, é um modo de vida diferente. Perdemos em qualidade de vida quando nos deparamos com trânsito caótico, sinais em locais que não existiam, viadutos.

Sindjus - O "sonho" de JK deixou de existir?

Tânia Batella - Não. O sonho de JK só era diferente. Ele não imaginava o grande desenvolvimento. O que está acontecendo na verdade é o sucateamento do Distrito Federal, em decorrência da força do poder econômico, da omissão e da permissividade. A sociedade deve se envolver no processo. Mesmo se transformando a cada dia em uma utopia o sonho de JK não pode morrer. ■



MPU: Fiscal da Lei?

O Procurador-Geral da República, Cláudio Fonteles, quer continuar nomeando pessoas para cargos públicos, sem concurso, no âmbito do Ministério Público da União (MPU), órgão encarregado de fiscalizar o cumprimento da lei. Mesmo com decisão do Tribunal de Contas da União (TCU), que determinou, no ano passado, o afastamento dos ocupantes de funções comissionadas, níveis FC-01 a FC-06, que não possuem vínculo com a Administração Pública, Fonteles impetrou mandado de segurança junto ao STF (MS 25282-1) com escopo de, não apenas garantir a permanência dos apaniguados, mas, sobretudo, permitir a continuidade de nomeações irregulares.

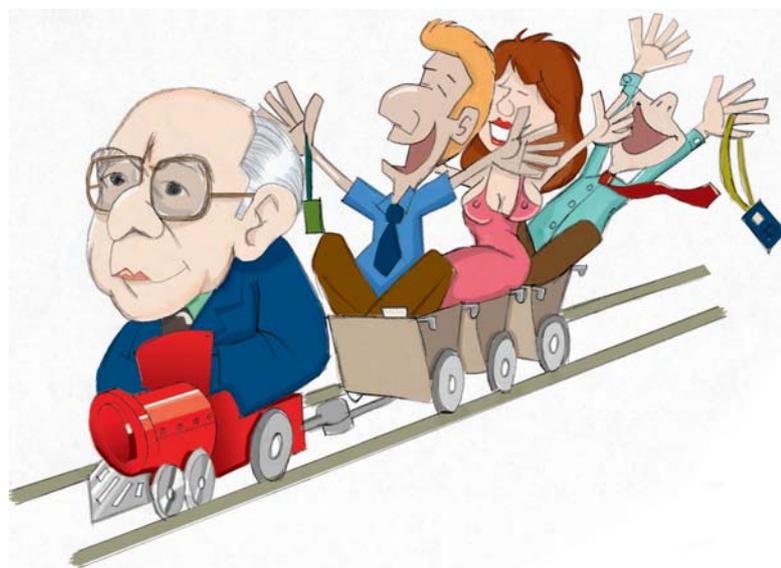
A atitude de Fonteles se revela incoerente em face de diversas ações diretas de incons-

titucionalidade propostas pela própria Procuradoria-Geral da República onde são denunciadas irregularidades na contratação de servidores sem o devido concurso público. Nesse sentido, o próprio Cláudio Fonteles emitiu parecer no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.040 (impugnando a Lei n.º 938, de 23 de outubro de 1997, do estado de Tocantins), afirmando que "Não há, pois, justificativa plausível para que o preenchimento desses cargos se faça livremente, com o chamamento de pessoas estranhas ao quadro dos serviços fazendários, o que representa abusivo alargamento legislativo no conceito de cargo em comissão, com o consequente esvaziamento da exigência constitucional do concurso público, visto serem funções de execução interligados à Administração do Estado (...)." O que se espera do Procurador-Geral é que adote, em sua Casa, as mesmas regras que cobra, e exige, de outros órgãos da Administração Pública. O papel de "fiscal da lei" não o coloca acima do ordenamento jurídico.

No dia 11 de março, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Sepúlveda Pertence concedeu liminar em favor de Fonteles, permitindo que os não concursados permaneçam ocupando as funções. "Ante os argumentos do impetrante, e atento às peculiaridades do caso, defiro a liminar para suspender a eficácia do Acórdão TC-001.721/2003-8, até o julgamento de

mérito deste mandado de segurança", escreveu Pertence em sua decisão. O Sindjus/DF solicitou sua habilitação no Mandado de Segurança ao argumento de

blico para investidura em cargo ou emprego público (artigo 37, II, CF). O Sindjus/DF entende que a liminar contraria, inclusive, a própria orientação jurisprudencial emanada do Supremo Tribunal Federal.



que, sendo parte no processo junto ao TCU, tem legítimo interesse no deslinde da questão e requereu a revogação da liminar.

A liminar de Pertence susta mais uma vez as expectativas dos servidores da Carreira do Ministério Público da União e já está causando indignação a toda a categoria pelo gravíssimo precedente criado, na medida em que mantém as nomeações irregulares já ocorridas e, o que é pior, deixa aberta a porta para ingresso de tantos quantos o Senhor Procurador-Geral da República entender conveniente, em desprezo total à exigência constitucional do concurso público

dencial emanada do Supremo Tribunal Federal.

Em junho de 2004, o Tribunal de Contas da União reconheceu as ilegalidades e inconstitucionalidades, e determinou ao MPU que regularizasse a situação no prazo de 90 dias. Dias depois daquela decisão, Fonteles disse, em reunião com representantes dos servidores do MPU, que não era obrigado a cumprir decisão do TCU. "Eu me curvo ao Poder Judiciário. Tribunal de Contas não é poder. É colegiado de auxílio a um poder, que é o Poder Legislativo. Esse é o ponto. Enquanto não conseguirem no Poder Judiciário essa ordem, eu não cum-

"O que se espera do Procurador-Geral é que adote, em sua Casa, as mesmas regras que cobra, e exige, de outros órgãos da Administração Pública."

pro", afirmou durante a audiência com dirigentes sindicais.

Atento aos mandamentos constitucionais, em 15 de dezembro de 2004, o TCU julgou o Pedido de Reexame interposto pelo Ministério Público, e manteve a decisão, fixando prazo de 180 dias ao secretário geral do Ministério Público Federal para regularizar as nomeações feitas em desacordo com o texto constitucional, respeitadas as nomeações ocorridas até 04 de janeiro de 2000, data da publicação da Lei nº 9.953 que tratou da Carreira de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público da União.

Inconformado, o Procurador-Geral da República, busca apoio no Supremo Tribunal Federal para manter as nomeações irregulares, argumentando, entre outros, a inaplicabilidade do artigo 37, V da Constituição Federal, a impossibilidade de cumprimento da ordem emanada do TCU por "quebra na continuidade da prestação de serviços no MPU" e "escassez de FCs níveis 07 a 10". Tais argumentos são absurdos e chegam a representar irônico desrespeito às regras constitucionais e aos princípios que norteiam a Administração Pública.

Ora, ao todo, são dois anos entre a denúncia do Sindjus/DF e a decisão do TCU. No entendimento do sindicato, alegar riscos de quebra na continuidade da prestação de serviços é admitir que nenhuma providência foi tomada durante todo o tempo que transcorreu o processo. "Alegar escassez de FCs 07 a 10 é admitir que se está transformando funções comissionadas em cargos em comissão em flagrante afronta ao ordenamento jurídico", apontou o coordenador-geral do Sindjus/DF, Roberto Policarpo.

O SINDJUS reivindica o afastamento imediato dos ocupantes de Funções Comissionadas FC-01 a FC-10 que não se enquadram na lei, sendo certo que 70% de todas as funções sejam ocupadas por servidores do quadro efetivo do MPU e pertencentes às carreiras de Analista e de Técnico; que 30% das funções FC-01 a FC-06, se não puderem ser ocupadas por servidores do quadro, o sejam por pessoas que comprovadamente possuam vínculo efetivo com a Administração Pública; e que 70% das funções FC-07 a FC-10 sejam ocupadas por servidores

do quadro efetivo de cada ramo do MPU, pertencentes às carreiras de Analista e de Técnico, sendo que, apenas na impossibilidade de se preencher as vagas com estes, os 30% restantes poderão ser transformados em cargos em comissão e ocupados por servidores sem vínculo com a Administração.

Os caminhos para a solução de falta de cargos comissionados não podem passar pela transformação de funções destinadas, por lei, aos servidores de carreira ou com vínculo com a Administração. Não há argumento capaz de justificar o ingresso de pessoal no serviço público sem aprovação em concurso público, exigência constitucional.

Somente na gestão de Fonteles, em um ano e meio, foram designadas cerca de 318 pessoas sem vínculo com o serviço público, para assumir funções comissionadas níveis de 01 a 06, de acordo com levantamento do Sindjus/DF e da Associação dos Servidores do Ministério Público Federal.

Hoje, cerca de 500 pessoas trabalham no MPU - Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Trabalho e Minis-

tério Público do DF e Territórios e Ministério Público Militar - com função de confiança (FCs) de níveis de 01 a 06, sem vínculo com a Administração Pública, prática proibida em lei e contrária a mandamentos constitucionais. O SINDJUS acredita que depois da liminar concedida pelo Ministro Sepúlveda Pertence esse número tende a crescer assustadoramente.

As Funções Comissionadas (FCs) de níveis de 01 a 06 são exclusividade dos servidores concursados e detentores de cargos efetivos, dos quais 70% obrigatoriamente devem pertencer aos quadros do MPU e 30% podem pertencer a outros órgãos, exigível apenas o vínculo com a Administração. Não podem, em qualquer hipótese, ser transformadas em cargos em comissão.

O próprio Plano de Cargos e Salários dos servidores do MPU afirma que as FCs 07 a 10 serão exercidas, preferencialmente, por servidores da carreira, e serão consideradas cargo em comissão, quando seus ocupantes não tiverem vínculo efetivo com a Administração Pública. ■

NOMEAÇÕES IRREGULARES NO MPU DE DEZ/2003 A ABR/2005

QUADRO – RESUMO

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
2005	07	02	18	07									34
2004	06	36	36	35	25	11	20	24	33	11	20	21	278
2003												06	06
												TOTAL	318

A luta diária dos que atendem nos balcões

Por José Silva Jr.

A rotina de trabalho de atendente de balcão do Poder Judiciário é pesada e estressante. É uma corrida constante contra o tempo para receber e protocolar as petições, localizar e distribuir os processos para os servidores do Cartório, registrar todos os procedimentos adotados no sistema da rede de computadores do Tribu-

nal e, ainda, atender ao público (advogado, partes, etc) com educação, segurança e competência.

Normalmente, as marcas superam 200 petições por dia. Às 12h, na maioria dos locais de trabalho, o balcão abre e começa o atendimento, ininterrupto, a advogados e partes interessadas dos autos. O corre-corre vai até às 19h, quando termina o expediente. Apesar da jornada de trabalho desgastante - e sendo os primeiros servidores com que o público externo se depara nos tribunais -, os técnicos judiciários escalados para esta função não recebem o devido valor que merecem.

Na maioria das vezes apertados em pequenos espaços - muitos dos quais não oferecem condições de trabalho adequadas -, os servidores que atendem ao público atrás do balcão clamam por melhorias. "Precisamos de tecnologia de ponta, mais espaço físico. Aqui é muito acochado. Talvez porque esse prédio tenha sido desenhado para a atividade que era desenvolvida antes: de clínica médica", reclama Jucelino Souza de Jesus, 50 anos, técnico judiciário, lotado na 20ª Vara Trabalhista do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), que funciona improvisadamente no Setor Hospitalar Norte, na altura da quadra 516.

Servidor público há mais de 24 anos, sempre na mesma função, atendente de balcão, Jucelino acha a função complexa. "É

a linha de frente da seção. Se for tudo bem aqui, a tendência é que o mesmo aconteça nas demais subdivisões do Departamento. Temos que pensar em tudo com antecedência. Isso porque alguns advogados parecem ignorar que, assim como eles, temos trâmites do processo a seguir. Então, quando nos procuram, querem o serviço para ontem", diz o servidor.

ASPECTO HUMANO MERECE DESTAQUE

Apesar da torrente diária de problemas, há servidores, entre esses profissionais, que amam o que fazem. Lotado no Cartório da 4ª Vara Cível do Fórum de Taguatinga, Alexandre Ferreira, 29, rejeitou outras funções para ficar no atendimento ao público. "Acho interessante aqui porque a gente tem contato com todo mundo. Além de ser atendente, costumo brincar que atuo como psicólogo e assistente social. Porque aqui se cria um laço de amizade com o cliente. Alguns chegam mesmo a nos confidenciar coisas das próprias vidas".

Mas, assim como Jucelino de Jesus, Alexandre também faz suas ressalvas acerca da profissão que aprendeu a amar desde agosto de 1999, quando entrou para o quadro do Judiciário. Para ele, o servidor escalado para a função de atendimento ao balcão deveria, antes, passar por um rigoroso treinamento. Isso,

acredita, faria com que o funcionário conhecesse melhor o setor onde trabalhará. "O balcão exige mais do funcionário. Temos que ter muita competência e, além disso, cortesia com as pessoas que nos procuram", diz. "Para mim, é muito gratificante trabalhar nessa função, porque possibilita o contato com o público e é um lugar onde me sinto útil por poder ajudar ao próximo".

COMISSÃO VAI PROPOR MELHORIAS

As queixas dos servidores que trabalham nessa função parecem ter ganhado força e eco. O primeiro passo para conseguir melhorias para a categoria foi dado. O Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no Distrito Federal (Sindjus-DF) será a voz do servidor na Comissão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF) que vai elaborar estudos com vistas a melhorar o atendimento à população. A comissão é integrada, ainda, pela Ordem dos Advogados (OAB-DF) e representantes da Administração.

Desde março, coordenadores do Sindjus circulam pelas varas judiciárias distribuindo um formulário com perguntas referentes a problemas e aspectos que podem ser melhorados. A pesquisa visa detectar dificuldades e subsidiar a apresentação de alternativas para gerar mais qualidade no serviço e no ambi-

"Desde março, coordenadores do Sindjus circulam pelas varas judiciárias distribuindo um formulário com perguntas referentes a problemas e aspectos que podem ser melhorados"

ente de trabalho, inclusive, valorizando o profissional. São 12 perguntas direcionadas diretamente aos servidores que atendem ao público. Por isso, é importante a colaboração dos servidores, que são conhecedores da realidade mais do que qualquer um.

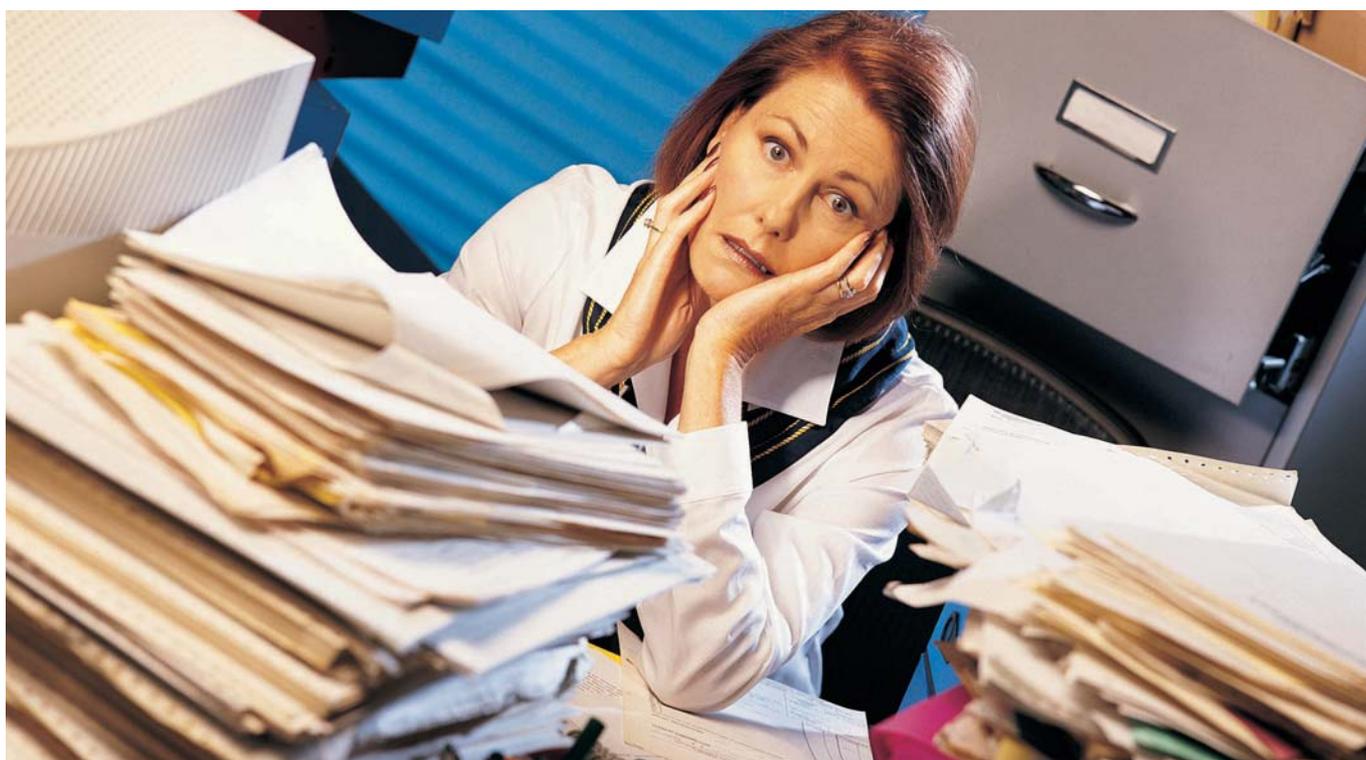
visita surtiu efeito e encontrou eco até em quem não está ligado diretamente à função. Esse é o caso da diretora de Secretaria do Cartório da 4ª Vara Cível do Fórum de Taguatinga, Renata Bittar. "Acho que vale a pena um curso de atendimento. Não adianta fazer um trabalho corretis-

no", diz Joandis. "Acho que merecemos uma gratificação pelo serviço desempenhado porque sofremos com altos níveis de estresse", completa Walter.

O objetivo da Comissão, da qual faz parte o Sindjus, não é somente melhorar as condições de trabalho desses profissionais

março. Uma recém-contratada estagiária esforçava-se para exercer a função que deveria ser exercida por um Técnico Judiciário, recebendo petições e localizando processos. Gilvaneide Lopes de Sousa, de apenas 17 anos, estava lá há um mês.

Apesar do esforço, às vezes



PELA VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS

"Queremos valorizar esses servidores. Os Tribunais e o MP precisam promover treinamentos e melhorias nas condições de trabalho! Daremos ênfase a essa reivindicação junto às administrações", explicava Sheila Tinoco, coordenadora do Sindjus, enquanto distribuía os formulários com as questões abordadas na pesquisa elaborada pelo sindicato, no Fórum de Taguatinga, no mês de março. A

simo, se não há suporte no balcão", defendeu a servidora.

A dupla de atendentes do balcão da 3ª Vara de Família do Fórum de Taguatinga, Walter Maia Rodrigues, 37 anos, e Joandis Rodrigues da Silva, 25 anos, ambos técnico judiciário, também se entusiasmou com a pesquisa do Sindjus-DF. "Quase ninguém se dispõe a ficar no balcão. Talvez porque a função não é valorizada. Para mim, essa atividade tem o meu perfil. Desenvolve mais meu lado huma-

e valorizá-los, mas melhorar o atendimento ao público em geral. É preciso também ter a clareza de que, com a recusa dos servidores em atender ao balcão, o trabalho acaba sobrando para quem, às vezes, não tem o mínimo preparo para a função: o estagiário.

FALTA PRÁTICA

A fila era extensa na Seção de Divisão de Autuação de Réus do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no dia 22 de

reconhecido pelo público, o atendimento naquela tarde era desaprovado. "Os estagiários são esforçados e educados. Mas com a falta de conhecimento deles, o trabalho acaba sendo um pouco prejudicado, ou seja, não funciona muito bem na prática", avaliou a advogada Sílvia Martins. Com os clientes impacientes, foi preciso a ajuda de um servidor para concluir o atendimento e fazer com que o ritmo de trabalho tivesse maior fluidez. ■



Varal na Esplanada, 2003

Brasília entre a luz e a sombra

TT Catalão

A cidade que Ivaldo Cavalcante vê, pode não ser inteiramente a sua, nem a minha, nem a do nosso vizinho, ou a do turista ou ainda, a mesma cidade de um morador distante que esteja só de passagem. Passagem em Brasília, uma capital de alta rotatividade, pode ser em um cargo político ou o passar rápido por morar tão longe que só se vê a cidade entre a folga do almoço e a fila do ônibus superlotado (com passagens abusivas).

A cidade que cada um vê, sente, se envolve e se apresenta celebra as diferenças naturais da complexidade humana em suas dores, prazeres, tragédias e sonhos. Ivaldo não se furta em nenhum desses trânsitos.

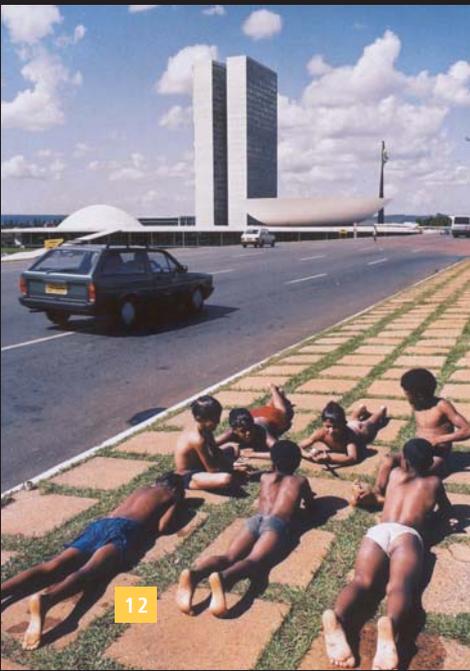
Como é que Brasília consegue ser esplendor aos "ventos do futuro" (venturis ventis está escrito no brasão da Capital) e também ser sórdida, hipócrita e

ingrata? A cidade com tamanha pretensão libertária consegue ser reacionária em suas castas e brutalmente desigual. Como seria possível escapar da trama nacional que nos atola na incoerência natural das nossas grandes cidades. Uma cidade pode apenas sugerir qualidade de vida em sua malha urbana, mas são os seus moradores que legitimam ou degradam esta possibilidade.

Interessa ver a sua voracidade pelo cotidiano da cidade exatamente quando o novo plano de construção de Brasília foi iniciado a partir dos anos 70: depois da epopéia dos candangos, em 1956, mistura de heroísmo, devoção, desapego, semi-escravidão em massa e labor físico, começou a segunda onda da epopéia da construção da "alma", na consolidação da pedra e do aço pela cultura. Começaram os "candangos do siste-

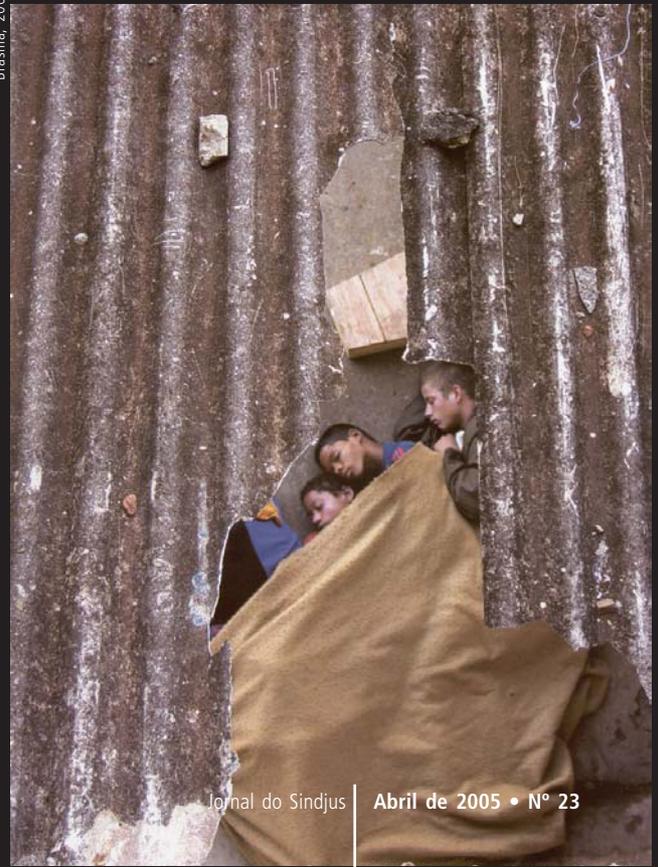


Caravana da cidadania, 1994



Esplanada dos Ministérios 2000

Brasília, 2004



ma nervoso" da cidade. Os que vieram soprar vida nas narinas de barro da criatura e botar fogo nas ventas das autoridades para ocupar e dar sentido ao que era projeto, prancheta e maquete. Os autênticos pilotos do Plano. Ivaldo é sensível ao real papel de intervenção e registro da cultura como ação transformadora do meio.

Ivaldo persegue a cidade viva. A que se faz enquanto cria e transforma. Se temos hoje um Clube do Choro, é bom lembrar o dia em que as lágrimas de estudantes e sindicalistas caíram sob o gás lacrimogêneo e cassetes da Polícia Militar para construir a cidadania. Os caminhos da liberdade também são fundamentais para a arte. Ivaldo sabe que a cidade nunca foi pobre em seu "processo cultural". Sabe que o que sempre faltou ao panorama cultural brasileiro foi espaço para a criação

brotar, amadurecer, entrar na roda e o tal rico processo virar produto-arte. A arte evento precisa da cultura em processo para efervescer em políticas públicas continuadas de mais acesso a equipamentos, ferramentas de produção, informação e circuito de trocas.

Ivaldo busca ícones para a cidade ávida de referências. Ele sabe que uma cidade se encontra nos elos perdidos, no detalhe banal do aparentemente vulgar, mas poderoso em compor a sinfonia cotidiana. As tantas e muitas cidades, em uma só. Mesmo que você não se identifique com nenhuma delas a viagem pode valer, ao menos, para se perguntar: afinal, a qual Brasília pertencço, qual enxergo, qual desejo, como a compartilho e com quem a faço?

(Trechos do ensaio para o livro 25 anos de fotojornalismo de Ivaldo Cavalcante)



Embaixada da Alemanha, Brasília 2001



Brasília, 1995



Greve dos Correios, 1998



Lorde de Brasília, 2003



Brasília - 25 anos de fotojornalismo Ivaldo Cavalcante
192 páginas
Secretaria de Cultura do DF
FAC - Tiragem 2.000 exemplares
Preço de capa: R\$ 100,00
Fotolito e impressão:
Gráfica Charbel Ltda.

A invasão dos terceirizados

CRISTINA LIMA

A Justiça brasileira assiste ao desmonte do funcionalismo de braços atados. Enquanto aumenta a procura pelos serviços da Justiça, há pouca contratação de servidores públicos nos tribunais e no Ministério Público. Em contrapartida, aumenta o número de

cargos terceirizados e estagiários. Os gastos com locação de mão-de-obra aumentam assustadoramente. Só com a terceirização no Judiciário, em 2004, a União gastou R\$ 176,1 milhões. O aumento foi cerca de 110% em relação a 1999.

Esse número, friamente considerado, não significa muita coisa, até se perceber que houve a substituição do servidor concursado, escolhido por processo que combina mais com o sistema democrático republicano, baseado nos princípios de isonomia, impessoalidade, etc, que é E, no meio do caminho, tem empresário ganhando muito dinheiro. De 30% a 50% em cima dos salários dessas pessoas. Para citar dois exemplos desse absurdo e do contra-censo, a PGR (Procuradoria Geral da República) e o STF possuem mais terceirizados do que servidores.

"Mesmo com a proibição Constitucional da terceirização, os Tribunais e o Ministério Público burlam a Lei excluindo das atribuições dos servidores de carreira as que eles querem terceirizar. Nossa luta tem sido para reverter esse quadro e de evitar que outras entrem nessa situação", afirma Roberto Policarpo, coordenador-geral do Sindjus.

Para entender o processo de terceirização no serviço público, é necessário ver o que aconteceu no Brasil nos últimos dez anos, quando houve uma desqualificação do Estado. Nos ter-

mos da chamada onda neoliberal, o Estado seria ineficiente por definição, e aí quanto menor o Estado melhor, sob a falsa premissa de que o setor privado sempre será mais eficiente que o público. Os servidores públicos foram taxados de incompetentes e de custarem caro ao erário público. Com esses argumentos, deixaram de promover concurso, de promover investimentos na qualificação do quadro permanente de servidores e acabaram com a retirada de mais de 50 direitos dos servidores públicos.

A terceirização intensificou relações que o concurso público havia reduzido, tais como o clientelismo, o nepotismo e o coronelismo. Os casos de indicação de conhecidos, de amigos e de parentes às empresas terceirizadas colocam em suspeição licitações, recrutamento por competência, etc. O presidente da Anamatra, Grijalbo Coutinho, considera a terceirização nefasta à administração pública "Esta prática cria relacionamentos indevidos e quebra o sentido da administração pública. A função deve ser exercida por quem se habilitou em concurso público. Há casos de terceirizados realizando atividade fim da administração pública! A terceirização é a negação da atividade pública. Os trabalhadores têm que se organizar muito para combater isso".

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem na ponta do lápis o número dos não-concursados em

2004. São 641 estagiários e 435 terceirizados. É mais que um terço do número de servidores do quadro, com 2.389 funcionários em todas as áreas. Em virtude da sobrecarga de trabalho, o tribunal, que no ano passado realizou concurso público para preenchimento de mais de cem vagas, sente necessidade das contratações. "O administrador se vê na obrigação de aumentar a carga de terceirizados para atender a demanda das atividades. Caso contrário, haveria prejuízo aos serviços", explicou o diretor-geral do STJ, Alcides Diniz.

Ele destaca, no entanto, que o ideal é a totalidade do quadro com servidores de carreira, uma vez que se dedicam com mais afinco às atividades e podem ser mais cobrados em relação aos serviços do que os terceirizados e estagiários. Alcides disse que o STJ utiliza o limite permitido pela lei, de até 25%, para contratação de estagiários. Mais da metade deles são estudantes de Direito. O restante atua em diversas áreas.

Os terceirizados do STJ são distribuídos assim: 80 na manutenção de equipamentos, sistema elétrico, hidráulico e telefonia; 50 no transporte e borracharia; 120 vigilantes; e o restante em outras áreas. Alcides lembra que os terceirizados atuam em serviços bem diferentes daqueles desempenhados por servidores concursados do Tribunal.

Servidores concursados reclamam que terceirizados fazem

"Especialistas dizem que a terceirização no serviço público aumenta o lucro das empresas, burlando os direitos dos trabalhadores, desorganizando-os. No âmbito do governo federal, só com locação de mão-de-obra, foram gastos em 2001 R\$ 868,7 milhões"



as mesmas funções que eles. "Estudei muito para estar aqui. Acho um absurdo que pessoas sem a mesma qualificação atuem da mesma forma. O Judiciário precisa rever os seus quadros", reclamou uma funcionária que não quis se identificar. Por outro lado, terceirizados acreditam que são necessários cargos de confiança. "Nos outros poderes (Executivo e Legislativo) tem muito mais", disse um terceirizado.

Lotada em um tribunal, a jornalista Andréa (nome fictício) é o retrato da insegurança. Ela trabalha como assessora de uma empresa prestadora de serviço há dois anos e teme a perda do emprego.

Ao contrário do que se percebe, o governo federal garante que aumentou o número de servidores públicos na área fede-

ral. O acréscimo seria de 6,2% em 2004, quando comparado a 2002, último ano da gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso. Dados do Boletim Estatístico de Pessoal, elaborado pelo Ministério do Planejamento mostra que o número de funcionários chegou a 2,132 milhões, o mais alto dos últimos dez anos. Esse número inclui servidores do Executivo, Legislativo e Judiciário federais, e também os militares.

Especialistas dizem que a terceirização no serviço público aumenta o lucro das empresas, burlando os direitos dos trabalhadores, desorganizando-os e enfraquecendo-os. No âmbito do governo federal, só com locação de mão-de-obra, foram gastos em 2001 R\$ 868,7 milhões. O diretor do Sindicato dos Traba-

lhadores da Justiça Federal do Rio Grande do Sul (Sintrajufe/RS), Paulo Rosa, entende que a preservação do concurso de nível fundamental no Judiciário é a garantia de não terceirização das atividades de apoio e o afastamento do fantasma da demissão.

O Tribunal de Justiça do DF (TJDF) também recorre à terceirização e contratação de estagiários para suprir o atendimento. Só os estagiários somam mais de 900. A maioria deles estudantes de Direito, que são distribuídos em cartórios das Varas e funções auxiliares. O presidente do TJDF, desembargador José Jerônimo de Souza, tenta aprovação na Câmara dos Deputados de um projeto de lei para a reestruturação do TJDF. No dia 29 de março, ele foi recebido pelo presidente da Câmara, deputado

Severino Cavalcanti, que prometeu agilizar a tramitação.

O Projeto prevê a criação de 3.800 cargos a serem instalados nos próximos dez anos. Algumas varas serão criadas, como mais duas para Execuções Criminais. O desembargador anunciou que quer ampliar o número de fóruns para que cada cidade do DF tenha uma representação do tribunal. Hoje, há dez circunscrições judiciárias. A idéia é atingir 24: uma para cada região administrativa.

Não pára de crescer a contratação de estagiários para substituir servidores. O Ministério Público do Distrito Federal lançou edital para contratação de 78 estagiários. Cinquenta vagas serão destinadas ao curso de Direito, e as demais divididas em outras áreas, como jor-

nalismo, arquitetura, administração, arquivologia, ciências contábeis, ciências políticas, relações públicas e economia.

O Supremo Tribunal Federal (STF) finaliza um estudo que vai apontar a realidade do Judiciário. José Waterloo Zanetti, assessor de Planejamento e Organização do STF, coordena o levantamento a ser feito em todos os tribunais para saber o número exato de funcionários terceirizados e estagiários. "Isso nunca foi feito. O estudo servirá para mostrar onde eles mais atuam e onde há mais carência de servidores contratados", destacou Zanetti, sem antecipar dados preliminares.

Os sindicatos dos servidores federais têm demonstrado que o excesso de terceirização tem tomado conta dos tribunais na prestação de serviços essenciais, como o manuseio e transporte de processos. Além de ferir os princípios que devem reger a administração pública, a universalidade do acesso aos cargos públicos e a eficiência, a medida não garante economia e segurança dos processos. "Temos buscado incluir na revisão dos PCS mecanismos para evitar a terceirização de atribuições e serviços do Judiciário e do MPU. Por considerar que além de ferir os princípios que regem a administração pública, a

universalidade do acesso aos cargos públicos e a eficiência, a terceirização não garante economia nem segurança aos processos, além de ser uma fonte de nepotismo e corrupção", disse o representante do Sindjus Roberto Policarpo.

O Ministério Público do Trabalho (MPT) investiga contratos de empresas de terceirização com o governo federal. Há dois meses, o órgão recomendou que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) dispense funcionários contratados irregularmente por meio da terceirização de serviços. A medida deverá resultar na abertura de mil vagas, em todo o Brasil, para serem preenchidas por servidores concursados. For-

ça-tarefa do MPT quer coibir os excessos. A ideia é garantir 30 mil vagas para concursados em diversos setores da administração pública.

As agências reguladoras estão sob investigação do Ministério Público do Trabalho. Algumas mantêm contratos temporários em que alguns servidores já estão no cargo há sete anos. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e a Agência Nacional de Petróleo (ANP) já firmaram acordo com a Procuradoria para resolver o problema. A Aneel terá de contratar 765 funcionários concursados até o início de 2006. São vagas para especialista em regulação, analista administrativo e técnico administrativo. ■



Nossa luta é contra a terceirização e não contra os terceirizados

Segundo a OIT (Organização Internacional do Trabalho) mais de 1 bilhão de homens e mulheres estão precarizados, subempregados, ou encontram-se desempregados.[...] vários tipos precários de ocupação passam a ser identificados, muitas vezes, como forma de incorporação social possível. Acontece, todavia, que estas novas formas de uso e remuneração parecem apontar para uma maior diferenciação no rendimento dos ocupados e para ampliação da pobreza, implicando um processo de exclusão muito mais do que de integração social. (POCHMAN, p. 12).

Isso ocorre graças à ideologia neoliberal que organiza o capital, privatizando, desregulamentando os direitos trabalhistas, flexibilizando, promovendo reestruturas produtivas (demissões em larga escala). Uma gestão do trabalho feita pelo estresse. Neste contexto passam a existir os trabalhadores em tempo integral (em menor número), que tem uma maior segurança e estabilidade; e a periferia, que se divide em duas categorias: a primeira formada por trabalhadores integrais com habilidades facilmente encontradas no mercado, por exemplo, funções rotineiras. E a segunda constituída por trabalhadores flexíveis (parciais, temporários e terceirizados).

Neste processo todos são prejudicados: perde-se a garantia de emprego, o poder de pressão necessária para conseguir melhorias salariais, perdem-se os direitos trabalhistas. Ademais, se fragmentam, com as novas categorias que surgem os sindicatos que os representam perdem a força se fragmentam.

Por isso, afirmamos que os terceirizados também são vítimas desse processo. Nosso embate tem que se dar contra os administradores públicos e contra as empresas. Nossa luta é pelo pleno emprego e pela estabilidade!

Sindjus vai lançar prêmio a novas idéias para a Justiça

Por José Silva Jr.

Motivado por um concurso de monografias promovido pela Academia de Dijon, na França, em 1762, um escritor de Genebra (Suíça), escreve um texto que mais à frente mudaria o conceito mundial de constituição de soberania popular. Ainda que não tenha sido premiado, o Contrato Social, de Jean-Jacques Rousseau, se tornou uma das obras clássicas do pensamento constitucional.

O exemplo acima é antigo, assim como a obra do autor mencionado. Mas o estímulo a novas idéias deve ser perpétuo. Sempre. Porque é, por meio delas, que se estimula a transformação de um Estado, de uma nação, de uma sociedade. É com esse pensamento que o Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no DF (Sindjus/DF) faz um convite à sua imaginação, servidor e usuário, e promove o Prêmio Novas Idéias Para a Justiça - Idéias Criativas para a Democratização do Poder Judiciário e Ministério Público.

O Sindjus acredita que, para prestar mais em melhores serviços à população, o Poder Judiciário e o Ministério Público precisam ser mais democráticos e acessíveis. O mau funcionamento desses entes acaba beneficiando os que se utilizam de sua ineficiência para fins espúrios e perversos. O concurso de Novas Idéias pretende ser um canal aberto para que servidores e

usuários possam contribuir diretamente para tornar a Justiça, na mais ampla acepção da palavra, mais ágil e democrática. É por meio da experiência de ambos, que vivem ou viveram problemas nessa esfera, que surgirão opiniões e futuras soluções para os problemas que os fazem padecer.

O objetivo do concurso é descobrir novos modos de fazer, sugerir mudanças e aperfeiçoamentos e induzir mudanças que levem à melhoria do funcionamento da administração pública. Identificando e prestigiando novas idéias que contribuam para a qualidade, agilidade, eficiência e acessibilidade da justiça, o Sindjus, e seus parceiros na realização do concurso, esperam estar também dando a sua contribuição para um Poder Judiciário mais eficiente. A proposta é propiciar a criação de um espaço para repensar livremente a estrutura de funcionamento do poder público na área da Justiça, estimulando a descoberta de idéias criativas que possam servir de base para grandes mudanças.

O Prêmio estará dividido em duas categorias. A categoria dos Servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público em todo o território nacional e a categoria Livre, que será aberta à inscrição dos usuários, advogados, estudantes e da população em geral. Além de prêmios em dinheiro, os vencedores farão jus a troféus e diplomas de Honra ao Mérito.

Participe! Veja o cronograma de realização do concurso e premiação no quadro abaixo.

A participação da sociedade na definição de novos rumos da Justiça

Professor do Departamento de Direito da Universidade de Brasília (UnB), José Geraldo de Sousa Júnior aprova a iniciativa do Sindjus. "A reforma do Judiciário é um bom exemplo de como novas idéias podem ser importantes. Além de modernizar a instituição e abreviar os processos, também insere, no espírito dela, o significado da participação popular e da sociedade organizada em seu controle e na definição de novos rumos. Isso é uma das transcrições mais relevantes do modelo de constitucionalidade inaugurado em 1988", diz José Geraldo.

"No espírito da reforma do Judiciário, não só a idéia de controle social foi colocada em debate, mas a reforma também assimilou a participação dos cidadãos, por exemplo, com a presença de representantes da sociedade civil organizada. Advogados, o Ministério Público e cidadãos de notório saber jurídico devem integrar a estrutura do Conselho Nacional da Justiça. Então, essa discussão, com a abertura de idéias para a democratização, é muito importante neste momento e abre ensejo para inúmeras sugestões", completa o catedrático.

No caso do Judiciário, José Geraldo Júnior acredita que não é apenas no nível administrativo que o processo pode se dar. Mas também no próprio nível judicante, segundo ele. E, mais uma vez, cita exemplo para ilus-

trar a afirmação. "Vejamos a experiência do Júri, em que a soberania popular está presente em forma de decisão. Então, nada como abrir uma esfera de opiniões sobre o processo de democratização para que idéias se transformem em propostas, em projetos, e possam revelar criatividade e novas experiências", conclui. ■

- Quadro I (informações sobre o Prêmio)

Premiação: Categoria Servidor

Monografia: 1º lugar - R\$ 20 mil

2º lugar - R\$ 10 mil

Projeto: 1º lugar - R\$ 20 mil

2º lugar - R\$ 10 mil

Proposta: 1º lugar - R\$ 15 mil

2º lugar - R\$ 7,5 mil

Categoria Livre

Monografia: 1º lugar - R\$ 20 mil

2º lugar - R\$ 10 mil

Projeto: 1º lugar - R\$ 20 mil

2º lugar - R\$ 10 mil

Proposta: 1º lugar - R\$ 15 mil

2º lugar - R\$ 7,5 mil

Fique de olho nos prazos do concurso

Maio

Lançamento do Prêmio Novas Idéias para a Justiça

Agosto

Prazo final par recebimento de inscrições

Outubro

Divulgação dos resultados

Dezembro

Cerimônia de Premiação

O que você tem a dizer sobre a campanha de sindicalização?

A

sua revista deseja ampliar a interatividade com novas sessões em que a opinião sobre temas gerais e específicos da nossa atividade estejam em debate. A pergunta mensal "O que é que você tem a dizer sobre isso", será constante e os leitores podem propor temas e ampliar o tipo de participação, até mesmo, enviando artigos e comentários com o ponto de vista de quem legitima o nosso trabalho: você!



Entrevistado: Carlos Alberto Araújo - TJDF

"Tenho participado da campanha de filiação e conscientizado os colegas de que Somos uma categoria! Fazemos parte de um mesmo corpo e precisamos cuidar dele... agir em conjunto! Alguns colegas não se filiam e quando procuro saber porque descubro que não querem pagar a contribuição. Achar caro pagar R\$40,00 para o Sindicato e pagam R\$ 80,00 na Asbac. Não são os valores financeiros que faltam, mas os valores coletivos. Acredito que só coletivamente a gente pode enfrentar todas as adversidades. Conquistas como a aprovação do PCS e o aumento da GAJ não me deixam mentir".



Entrevistado: Antonio Carlos Reis, STJ.

"Durante toda a minha vida profissional, sempre fui sindicalizado. Os servidores têm que participar das mobilizações, pois são verdadeiros exercícios de cidadania. Estou satisfeito com o desempenho dos que estão à frente do sindicato. Mas é preciso ficar claro que qualquer sindicato fica fraco se não tiver a presença e a pressão da categoria. Empurrando a direção rumo a novas lutas e novas conquistas".



Entrevistada: Raimunda Maria Sá Lima - STJ (sindicalizada há 11 anos)

"É importante que o sindicato faça sempre campanhas de filiação, pois, os Tribunais estão sempre recebendo novos servidores. A partir do sindicato temos voz para falar. Quanto mais filiados, mais forte é a nossa voz. E as pessoas precisam entender que o sindicato são todos os filiados. Se tiver alguém achando que alguma coisa deveria ser feita de outra forma tem que chegar e falar. O sindicato está sempre aberto a ouvir".



Entrevistada: Eliane Alves, servidora do TRF e diretora do Sindjus.

"Com a campanha de filiação estamos passando em cada local de trabalho e estreitando a relação do sindicato com a categoria. Além disso, esclarecemos as dúvidas, ouvimos as críticas e sugestões dos filiados. Temos a oportunidade de convencer mais servidores e fortalecer ainda mais o nosso sindicato".

Entrevistado: Matuzalem Braga dos Santos - TRF (sindicalizado há 15 anos)



"A campanha de filiação tem que ser constante. Para que o sindicato tenha representatividade é importante ter um grupo grande de filiados. O número de filiados é importante para garantir o poder de pressão e nos fazermos ouvidos. Para constatar as vantagens é só verificar os salários dos últimos quatro anos. Tivemos algumas conquistas. Entre elas o reajuste de 11,98%, o plano de carreira e a incorporação da função. Noventa por cento das decisões administrativas dos tribunais, são conquistas do sindicato junto aos tribunais. São ações que levam a uma conquista maior. Meu envolvimento na campanha é fazendo o trabalho de formiguinha, cada dia um novo tijolinho é colocado. Para quem não se filiou é necessário que se conscientize, para que a categoria fique unida, para construir e somar".



Entrevistada: Helena Carmo de Moraes - MPU - (sindicalizada há 15 anos)

"Sou do Ministério Público e desde o começo estou no Sindjus porque foi graças a sua força que conseguimos os dois planos de carreira. Participo de tudo, vou às reuniões, assembléias, vou ao sindicato e fico no pé mesmo. Acho que sindicato só é bom se todos participarem".



Entrevistado: João Idílio, Justiça Federal.

"É fundamental a participação de todos os servidores no sindicato. Assim somos um coletivo forte, capaz de enfrentar as mais duras lutas. O Sindjus é uma entidade capacitada para liderar os embates em todas as esferas. Nossos dirigentes já demonstraram habilidade para conduzir complicados processos de negociação. Isso é muito importante e nos dá segurança".



Entrevistado: Luiz Geraldo do Nascimento - TRF (sindicalizado há 08 anos)

"No mundo atual não dá para pensar que podemos conseguir alguma coisa sozinhos. Quando temos uma demanda, por menor que possa parecer, junto com o sindicato conseguimos mais rápido. O servidor lutando sozinho não consegue nada. Quando eu sei que tem algum servidor que não é filiado, eu apresento o trabalho do sindicato, as ações jurídicas que o sindicato impetra gratuitamente. Com isso, a maioria se convence e já vai se filiando. O nosso sindicato é forte e atuante, o trabalho desenvolvido é bom. Estão sempre juntos: filiados e a direção. É importante que as ações apareçam com frequência no boletim, isso ajuda nas novas filiações".

COMPP exige respeito ao seu padrão de atendimento

É cada vez mais preocupante a situação do único centro de apoio psicológico gratuito de Brasília para menores de 18 anos, o Centro de Orientação Médico Psicopedagógica (COMPP). Destinado à recuperação da saúde mental e comportamental de crianças e adolescentes carentes ou em situação vulnerável, o COMPP é referência nesse tipo de tratamento na cidade, além de ser reconhecido nacionalmente por seus serviços sociais. Subordinada à Secretaria de Estado de

Saúde do DF, a unidade funciona há 36 anos em um prédio localizado ao lado da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde (Fepecs), na 501 Norte. Contudo, esse endereço pode estar com os dias contados.

Desde o início de 2004, o GDF manifesta o interesse em mudar o COMPP de lugar. No dia 21 de janeiro deste ano, a Secretaria de Saúde divulgou nota de esclarecimento sobre a "mudança temporária de endereço" do COMPP. O local sugerido foi um conjunto de "antigos escritórios do Metrô", desativados, instalados próximo à Hípica de Brasília e ao Zoológico.

O comunicado causou a objeção imediata dos pais de pacientes, servidores da instituição, políticos e representantes de entidades de direitos humanos do DF. Desconfiados, servidores do COMPP procuraram o Ministério Público e solicitaram vistoria para averiguar as condições de funcionamento dos "galpões" próximo da Hípica, feitos de madeirite. A vistoria foi realizada pela Vigilância Sanitária. O resultado: o local "não oferece as condições sanitárias e de segurança para o funcionamento de serviço de saúde mental", conclui o laudo elaborado pela Vigilância em fevereiro deste ano. Diversas irregularidades foram detectadas pelo Corpo de Bombeiros, que também examinou o local. Entre elas, falta de estrutura em relação a sistemas

de prevenção de incêndio.

A justificativa para a mudança, acreditam seus principais oponentes, é a expansão das instalações da Faculdade de Medicina do GDF, que já toma conta de metade da área destinada ao Centro. A ocupação da área pela Faculdade viola o tombamento de Brasília, uma vez que o prédio do COMPP está em consonância com o plano diretor do DF. Além da questão urbanística e administrativa, o problema diz respeito aos pais de crianças carentes assistidas pelo Centro. Elas representam 98% do total de pacientes da unidade. Como são carentes, a maioria mora em cidades satélites como Samambaia e Ceilândia. Para eles, a atual localização do COMPP não é exatamente cômoda - ideal seria se as cidades satélites tivessem suas próprias unidades. Mas, como não é o caso, ao menos a unidade da Asa Norte fica próxima à rodoviária do Plano Piloto - o que facilita o deslocamento para muitos.

Acesso fácil

"No nosso prédio, o acesso é fácil porque fica bem perto da rodoviária. Como é que as pessoas vão chegar até o final da Asa Sul?", reclama o agente administrativo do COMPP Sérgio Gaze, no site do Instituto de Convivência e de Recriação do Espaço Social (Inverso), referindo-se à distância das instalações próximas à Hípica. "Aquele lu-

gar (onde está construído o prédio do COMPP) é destinado à rede hospitalar, não pode funcionar uma faculdade ali". Para ele, o problema da transferência de lugar pode ser a primeira das "perdas" relacionadas às políticas sociais no setor da saúde em 2005. "Se não tomarmos uma atitude agora, a população perderá o Centro, e isso não pode acontecer", resigna-se.

Na Câmara Legislativa, uma das maiores aliadas que o Centro tem é a deputada Érika Kokay (PT). Durante todo o ano passado, Erika que é também psicóloga acompanhou de perto o desenrolar das discussões em torno do problema. A deputada integra o grupo que lidera a luta pela permanência do COMPP no local onde funciona desde 23 de outubro de 1969, data de criação, por decreto, do órgão. No último dia 10, em audiência pública realizada na Câmara Legislativa, Kokay, presidente da Comissão de Direitos Humanos, foi enfática: "Mudar a localização do Centro de Orientação Médico e Psicopedagógica (COMPP) significa configurar um contexto de exclusão social das pessoas com maior vulnerabilidade, justamente as merecedoras de proteção diferenciada por toda a sociedade". Psicóloga de formação, a deputada lembra que as crianças tem a prioridade no direito a programas de saúde pública - o que, com frequência, é solenemente ignorado pelos ór-

"Os problemas das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade são diversos. Estupros, violência familiar, maus tratos e outras atrocidades que as vitimam quase sempre geram distúrbios, traumas e transtornos mentais, muitas vezes irreversíveis"

gãos responsáveis. "Muitas vezes as crianças dormem na porta do COMPP para ter acesso a um direito assegurado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente", denuncia.

Várias entidades ligadas à questão da saúde pública no DF estão unidas na defesa da permanência do COMPP em seu local de origem. No próximo dia 30 de março, às 11h30, será realizada uma reunião no edifício-sede do Ministério da Saúde, em audiência com o coordenador Nacional de Saúde Mental do ministério, Pedro Gabriel Delgado, com representantes dos conselhos regionais de Medicina, Psicologia e Enfermagem, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, da Vigilância Sanitária, da coordenadora do Movimento de Luta Antimanicomial, além de políticos como a deputada Érika Kokay, entre outros. Em pauta, o debate sobre quais serão os próximos passos para evitar a mudança de lugar - ou uma possível extinção, como muitos temem - do COMPP, entre outros assuntos periféricos.

"Nós queremos um posicionamento do Ministério da Saúde contra a transferência do COMPP para um galpão de madeira que não tem a mínima condição de atender as crianças, como foi comprovado no laudo da Vigilância Sanitária e pelo Corpo de Bombeiros", anuncia Kokay. "Mas também queremos um posicionamento sobre a ampliação da instituição. A demanda é cada vez maior e o COMPP

está menor do que quando foi criado, além de a população carente ter aumentado. O CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) foi diminuído em 50%, em função da expansão da Faculdade de Medicina do GDF, que é um projeto social importante, mas que não pode ser expandido em detrimento do COMPP", finaliza.

Vítimas diretas

As principais prejudicadas pela atual problemática do COMPP, as crianças carentes,



são os que mais sofrem. E o pior: inconscientemente, já que, em muitos casos, nem têm idéia dos transtornos e distúrbios mentais que possuem - e que requerem o tratamento oferecido pelo Centro. Na entrada do prédio do COMPP, na 501 Norte, acompanhadas de seus pais, são o retrato do descaso. Aos pais, só resta ter paciência e esperança.

"Eu marquei no mês passado e já vou ser atendido hoje", relata Alex Sander Reis de Almeida, instalador de telefone público. Com o filho Tha-

lisson Henrique de Almeida, 7 anos, aguardava, mais ou menos ao meio-dia, o atendimento. "Tem lugares que a gente vai, fica anos e não é atendido", exagera.

Alex Sander, morador de Ceilândia Norte, conta que seu filho foi encaminhado pela psicóloga do colégio, que o acompanhava desde o ano passado. "Ele estava meio agressivo, não conseguia se concentrar numa coisa só. Às vezes chorava, ficava triste sem razão. Eu acredito que a indi-

cação da psicóloga não foi em vão. Com certeza, o atendimento aqui é muito bom, outras pessoas que conheço vieram aqui e disseram que o trabalho é muito bom", anseia Alex. Questionado sobre a possibilidade de transferência de local da instituição, ele responde com incredulidade. E não se imagina sem os serviços prestados pelo COMPP. "A gente não tem condições de pagar médico, vai ficar ao 'Deus dará'. Não pode acabar não", completa.

A mesma impressão sobre a

importância da instituição tem a dona de casa Maria José de Souza, moradora de Samambaia, avó de Michael Silvestre Simões, 9 anos. "Quando eu trouxe meu filho aqui, o atendimento foi muito bom. Os doutores são experientes, cuidadosos, educados. Também já trouxe outra neta, que é surda, e eles me ajudaram muito com ela", elogia. Com a família em dificuldades financeiras, não há como prescindir dos serviços prestados pelo COMPP. "É o único lugar que a gente pode contar. Mas seria muito bom se a gente tivesse isso nas cidades satélites. Aqui é muito longe", sentencia.

Os problemas das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade são diversos. Estupros, violência familiar, maus tratos e outras atrocidades que as vitimam quase sempre geram distúrbios, traumas e transtornos mentais, muitas vezes irreversíveis. Aos pais ou responsáveis pelos peque-

nos resta recorrer aos serviços prestados pelo Estado, uma vez que não têm condições de custear tratamentos médicos particulares. Daí a importância do único centro de atendimento e terapia psiquiátrica gratuito de Brasília. A demanda da população é cada vez maior, e prova disso são os mais de 400 pacientes atualmente assistidos pelo COMPP, e os inúmeros que esperam pela chance de também serem atendidos. ■

Um toque de amor



Os olhinhos de alegria traduzem o sentimento. Denunciam sensações, emoções e gratidão.

As mãos levemente perfumadas e macias que tocam os corpos com movimentos suaves demonstram o poder do carinho, do afeto. Esse é o resultado do trabalho de uma organização não-governamental (ONG) formada por voluntários e que tem um objetivo nobre: difundir a cultura do toque por meio de massagens, como shantala e polarização energética, para que o ser humano se torne mais

equilibrado e feliz. O Instituto de Cultura do Toque, ou Instituto Tocar, atende 11 creches, asilos e hospitais do Distrito Federal. O trabalho cresce a cada dia. O resultado é que os antigos beneficiados com o toque hoje também trabalham como voluntários.

O Tocar começou com um pequeno grupo de pessoas dispostas a se dedicar aos mais carentes de afeto, em 1998. Em 2001, foi transformado em ONG e já capacitou 1.682 voluntários, sensibilizando-os com uma abordagem atualizada sobre assistência holística e prevenção à saúde, a importância do toque por meio da humanização e da afetividade, da solidariedade e cooperação. Ao todo, 11.260 pessoas em várias cidades foram beneficiadas com o projeto. Só em 2004, a cada semana, 760 pessoas foram beneficiadas diretamente pela terapia do toque, atingindo 27.340 atendimentos.

A idealizadora do projeto sabe o que faz. Maria Regina Almeida, presidente da ONG Tocar, é terapeuta corporal e holística há 18 anos e percebeu a importância do toque para a construção do ser humano. Quando os três filhos eram pequenos, Regina conta que tinha dificuldade em tocá-los, até que um deles reclamou da falta de carinho. Começou a fazer massagens, e percebeu a diferença no temperamento deles ao tocá-los. No início, foi a shantala - técnica milenar de massagens em crianças. Depois vieram as sessões

de polarização energética. O resultado foi tão satisfatório que ela decidiu fazer nas outras pessoas. "Esse projeto foi uma das experiências mais desafiadoras que tive. Aprendi a amar melhor meus filhos, sendo voluntária cuidando dos filhos dos outros", contou.

Regina decidiu procurar mães para que fizessem os mesmos aos filhos. E assim por diante. "Minha intenção com o projeto era compartilhar conhecimentos milenares para expandir a afetividade dando apoio necessário para que o voluntário da nossa organização, o profissional da saúde, a mãe ou pai possam, afetiva e amorosamente, cuidar e tocar. Sempre fundamentados nas estruturas da sabedoria antiga e da ciência atual", destacou a terapeuta.

Regina ressalta que pesquisas indicam que a terapia do toque reforça o sistema imunológico, bem como a auto-estima, diminuindo os gastos com assistência médica e emocional. Para ela, os resultados são inquestionáveis: crianças mais saudáveis contribuem para a instalação de uma cultura voltada para a qualidade de vida, tornam-se menos agressivas, mais cooperativas, mais confiantes e mais seguras. Equilibradas física, emocional e socialmente.

Prova disso é a filha de Regina, Ananda, 8 anos. A menina que desde bebê recebia shantala e via a mãe tocar outras pessoas, hoje é voluntária em creches. "Me sinto bem fazendo

isso. E ainda ajudo a minha mãe", disse. Ananda já fala como gente grande e garante que as massagens que faz ajudam outras crianças a relaxarem. "Elas ficam mais calmas. Quando eu era bem pequena e não conseguia dormir depois da massagem dormir bem", contou. A menina virou capacitadora. Fala sobre o projeto a colegas de escolas e da quadra onde mora. Ela conta a sensação de ser tocada: "É muito bom. Eu me sinto amada", afirmou.

Regina diz que crianças massageadas demonstraram maior tranquilidade no sono, comportamentos mais sociáveis, melhor rendimento escolar, mais conforto e confiabilidade. Para ela, a terapia do toque facilita as relações familiares, amenizando a competitividade e rivalidade entre irmãos.

Palestras

O Tocar faz cursos, palestras e promove orientações para a comunidade. A intenção é formar profissionais e um quadro de voluntários capacitados e formados pela instituição. São atendidas crianças de 0 a 12 anos que vivem temporariamente ou permanentemente em creches e abrigos, idosos que vivem em

"Crianças massageadas demonstraram maior tranquilidade no sono, comportamentos mais sociáveis, melhor rendimento escolar, mais conforto e confiabilidade"



asilos e pacientes de hospitais públicos e privados. Por semestre, quase 200 voluntários participam das atividades.

A auditora fiscal aposentada Irene Brayner Costa, 54 anos, é uma das voluntárias. Ela coordena o grupo de pessoas que todas as quartas, à tarde, vão até à creche Tia Angelina, no Varjão, para tocar as crianças. São meninos e meninas de zero a seis anos que passam o dia inteiro longe da mãe ou do pai. "Fazendo massagens nelas. É a forma que temos para suprir essa falta e dar mais carinho. Muitas vezes os pais trabalham o dia inteiro e não tem tempo para dar amor aos filhos", comentou Irene. Cada uma das crianças recebe a massagem por 20 a 30 minutos.

Há quatro anos, a voluntária participa do grupo. Ficou sabendo da existência do ToCAR por meio da imprensa, e sentiu necessidade de ser mais útil. Começou a fazer curso de shantala - tema que só conhecia em livros. Mas faz outros cursos para melhorar a prática da massagem e do relaxamento. "Quartas-feira (dia em que vai à creche) é o dia da semana que durmo melhor. Nós damos carinho e também recebemos. Acaba existindo uma relação muito próxima de afetividade entre nós e as crianças", revelou.

Assim como Irene, a aposentada do Banco Central Ângela Paiva, 52, aderiu ao voluntariado. Com o pai vítima do Mal de Alzheimer, aos 82 anos, aprendeu a cuidar de idosos doentes. Decidiu procurar uma instituição para servir. Encontrou o Hospital Apoio, especializado em doentes com câncer, entre eles crianças e idosos. "Me senti muito triste quando vi que muitos não

têm família que lhes dêem carinho. Alguns ficam até abandonados. Toda semana, às sextas pela manhã, estou lá", contou.

Depois de 2,5 anos dedicando-se ao trabalho, Ângela não pensa em parar. Mesmo com as dificuldades que enfrenta por lidar com pacientes tão graves. Alguns voluntários não conseguem ver tanto sofrimento e acabam por desistir do atendimento no hospital. "Muitos que passaram por aqui saíram muito emocionados e estressados. Mas o trabalho é gratificante. A recompensa é a espera semanal. Eles ficam ansiosos com a chegada da sexta-feira", observou.

A presidente do ToCAR, Regina Almeida, espera ampliar ainda mais o número de voluntários este ano. Ela diz que mesmo com o grande número alto de pessoas participando do proje-

to, ainda há instituições sem atendimento, como é o caso de uma creche no Recanto das Emas. A idéia é que grupos de funcionários de empresas à procura de trabalho voluntário possam "adotar" a instituição.

A capacitação dos voluntários é simples. O curso preparatório dura 12 horas e abrange: ensinamentos da constituição energética do ser humano; orientações de cuidados na abordagem à criança, ao idoso e doente; vivências coletivas da terapêutica do toque; entendimento das nutrições física, emocional, mental e espiritual; abordagem dos benefícios da Terapia do Toque; desenvolvimento da consciência e responsabilidade do trabalho voluntário; e aprendizado das técnicas da Shantala e polarização energética.

SERVIÇO

A adesão ao Instituto ToCAR é simples. Basta pagar uma taxa de R\$ 80,00, onde está incluído: o curso de massagem, apostila, camiseta e certificado.

Telefone: 347-2009

Endereço: HCGN 712 BL Q CS 55

Email: voluntariosdotoque@yahoo.com.br

Home page: www.tocar.org.br

INSTITUIÇÕES E COMUNIDADES ATENDIDAS:

CEAR - Centro de Abrigamento e Reencontro (Taguatinga - DF)
 Creche Tia Angelina (Varjão - DF)
 Creche Tia Antônia (Varjão - DF)
 Casa de Ismael (Asa Norte - DF)
 Casa Abrigo - Apoio à Mulher
 Hospital de Apoio (Asa Norte - DF)
 Casa de Apoio Lar Bezerra de Menezes (Sobradinho - DF)
 Casa de Apoio Lar São José (Sobradinho - DF)
 Casa da Criança Pão de Santo Antônio (Asa Sul - DF)
 Casa Lares Humberto de Campos (Asa Sul - DF)
 Projeto SER - Obras Beneditinas (Gama - DF)

Quer ganhar um carro 0Km?

Participe da campanha de filiação 2005 e concorra.



SINDJUS-DF

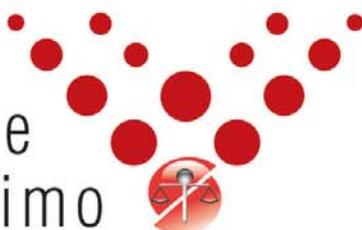
Sindicato dos Trabalhadores do
Poder Judiciário e do Ministério
Público da União no DF

SINDJUS

Cada vez

Mais forte e

Mais Legítimo



Agora Só Falta Você!